

O PREDOMÍNIO DOS NEGROS NAS ESCOLAS DE MINAS GERAIS NO SÉCULO XIX

Marcus Vinícius **Fonseca** – UFMG¹

Agência Financiadora: CNPq

Introdução

Nos séculos XVIII e XIX, o perfil da população era um elemento que distinguia Minas Gerais das demais localidades brasileiras, e isso estava ligado a forma como a escravidão se constituiu nesta região. Esta singularidade é destacada pela historiografia que cada vez mais chama a atenção para o predomínio dos negros na população mineira:

Durante o auge da mineração do século 18 a importação de escravos africanos e o subsequente desenvolvimento de uma grande população de negros e mulatos livres definiram as características raciais da capitania. A importação de escravos africanos diminuiu e acabou cessando por volta da década de 1780, com o declínio da mineração. Juntos, escravos, negros e mulatos livres sempre foram maioria no século 18, mas com a redução da população escrava, depois de 1786, os negros e mulatos livres tornaram-se o maior setor populacional (BERGAD, 2004 p. 310).

A escravidão desempenhou um papel central na composição do perfil da população mineira e, mesmo nos períodos em que houve refluxo da importação de africanos escravizados, o crescimento natural da população de origem africana imprimiu um perfil singular na estrutura demográfica de Minas Gerais.

As pesquisas históricas têm destacado estas características e contestado a visão tradicionalmente construída sobre essa população negra, que geralmente é retratada como um grupo que se encontrava em situação de relativo isolamento social, ou que estava ligado apenas à escravidão. Estas descrições passaram a ser questionadas e as pesquisas começaram a demonstrar que os negros estavam em contato com os mais variados aspectos da vida social e, na medida do possível, disputando os diferentes espaços.

No que se refere à população mineira, uma das fontes de pesquisa que mais têm alimentado a investigação dos pesquisadores são os relatos de viajantes. O trabalho com este material revela que um dos aspectos que mais chamou a atenção dos estrangeiros que passaram por Minas foi à composição racial de sua população.

Em *A Província Brasileira de Minas Gerais*, relato de viagem publicado por HALFELD e TSCHUDI (1998, p. 106), a população mineira é apresentada da seguinte forma: “uma grande parte da população desta província compõe-se de negros livres, mestiços de negros com brancos e de

¹ Mestre em Educação pela UFMG, Doutor em Educação pela USP e atualmente encontra-se em Pós-doutoramento na UFMG, junto do Grupo de Estudos e Pesquisa em História da Educação (GEPHE), sob a orientação do Professor Luciano Mendes de Faria Filho.

brancos e negros com índios, envolvendo todos os tipos de mestiçagem dessas três raças entre si. Os brancos puros representam uma fração relativamente pequena da população total”.

Estes europeus registraram a superioridade numérica dos negros e um elevado número destes indivíduos na condição de livres. Esta apreciação foi acompanhada por outros estrangeiros que viajaram por Minas Gerais, pois, segundo Ilka Boaventura LEITE (1996), este estranhamento em relação às características da população é algo constante nos relatos de viajantes.

No Brasil e sobretudo na província de Minas Gerais, os viajantes eram rapidamente atirados a uma realidade que apresentava os negros como ampla maioria da população, e estes indivíduos se encontravam nos mais diferentes lugares sociais. Como aponta o viajante alemão Hermann BURMEISTER (1980, p.271), que esteve em Minas Gerais no final da primeira metade do século XIX: “(...) à medida que penetramos no interior do país, porém, aumenta a preponderância da população negra e mista e numa povoação bem afastada já podemos ver um subdelegado ou juiz de paz, um mestre-escola ou um cura mulato ou preto”.

Pretos e mulatos estavam nos mais variados papéis, inclusive na escola na condição de professores. O olhar do viajante é de estranhamento diante desse arranjo social, mas é um testemunho da presença e da capacidade de circulação dos negros na sociedade mineira. Diante desse quadro, é preciso colocar em questão a visão tradicionalmente admitida sobre a escola, que geralmente é tratada como um espaço ocupado exclusivamente por alunos brancos. É preciso avaliar até que ponto as características da população se refletiam nas escolas fazendo delas espaços tão diversos como o da sociedade daquela época.

A superioridade numérica dos negros em meio à população mineira é um indicativo que aponta para a necessidade de se levar em consideração os aspectos relativos à demografia nas abordagens que se voltam para o entendimento do processo de constituição da educação em Minas Gerais. Mas, além disso, é preciso também considerar algumas características relativas ao desenvolvimento da educação no século XIX.

A historiografia vem demonstrando que, no século XIX, Minas Gerais foi uma das regiões brasileiras que mais se destacou em relação ao desenvolvimento de iniciativas no campo educacional. Prova disso, foi a aprovação da lei nº 13 que, em 1835, estabeleceu de forma pioneira a gratuidade e a obrigatoriedade da instrução elementar. A Constituição do Império havia estabelecido apenas a gratuidade da instrução, mas a província de Minas foi além e estabeleceu não só a gratuidade como também a obrigatoriedade, determinando inclusive multas para aqueles que não cumprissem esta exigência.

Quando levamos em conta a realidade da educação em Minas Gerais, fica claro que esta lei era algo que estava apenas no plano das intenções, pois o governo não dispunha dos recursos

necessários ao seu cumprimento. Mesmo considerando que a gratuidade e a obrigatoriedade da instrução eram elementos simbólicos, é preciso reconhecer o papel representado pela educação no imaginário dos indivíduos responsáveis pela elaboração da legislação, ou seja, a idéia de que a educação era um instrumento importante para civilizar o povo.

Desta forma, é necessário reconhecer que o estabelecimento da gratuidade e da obrigatoriedade foi uma iniciativa importante em relação ao desenvolvimento da educação. Mas, fora esta iniciativa no campo legal, há outras que também indicam a importância da educação para o processo de organização da sociedade mineira. Entre elas, destaca-se a criação da escola normal para formação de professores, as tentativas de aperfeiçoamento dos métodos pedagógicos com vistas a atingir um número maior de alunos, a ampliação das escolas para o sexo feminino e o crescente investimento para difusão das escolas em diferentes pontos da província. Portanto, trata-se de um período em que houve o desenvolvimento de aportes legais e materiais com objetivo de ampliar e difundir a instrução em meio à população mineira.

Diante deste fato, cabe perguntar qual era a população que deveria ser educada. Ou antes, qual o nível de participação da população negra² nesse movimento de difusão da educação na província de Minas Gerais? Ou ainda, qual o nível de aproximação entre o perfil da população e o público que se encontrava nas escolas mineiras?

Para tentar responder a estas questões, tomaremos para análise um conjunto de documentos relativos à instrução pública, com destaque para algumas *listas de professores* que registraram os alunos classificando-os a partir de critérios raciais. Utilizaremos também um conjunto de *listas nominativas de habitantes* que, no início dos anos de 1830, registraram a população de alguns distritos assinalando as crianças que estavam na escola. Através das listas de professores e das listas nominativas tentaremos produzir um perfil racial das escolas mineiras, do século XIX, e confrontaremos essas informações com outras fontes que também permitem avaliar o nível de participação dos negros nos espaços voltados para a educação formal. Entre estas fontes, destacam-se os relatos de viajantes que estiveram em Minas Gerais durante a primeira metade do século XIX.

O perfil racial das escolas a partir das listas de professores

Durante a primeira metade do século XIX, o governo da província de Minas Gerais demonstrou a preocupação com uma intervenção sistemática na área da educação e desenvolveu uma série de iniciativas que se configuraram como uma política de instrução pública. Uma destas

² No século XIX, havia uma pluralidade de termos para classificar a população negra. No decorrer deste texto, procuraremos destacar esta diversidade de termos que utilizamos para compor o grupo racial representado pelos negros

iniciativas foi o progressivo controle das aulas públicas e particulares visando a construção de dispositivos que permitissem conhecer a realidade educacional da província e também compreender as demandas que eram necessárias para a ampliação do atendimento do serviço de instrução pública.

Uma das conseqüências desse processo foi a exigência de que os professores que ministravam aulas públicas e particulares enviassem ao governo as listas com os seus alunos. Estas listas deveriam registrar as crianças que freqüentavam as escolas e algumas delas apresentam a condição racial dos alunos. O número de listas que contém o pertencimento racial dos alunos não é muito expressivo, mas trata-se de um importante ponto de partida para avaliar o nível de relação dos negros com as escolas mineiras.

As listas que contém os registros sobre o pertencimento racial de alunos se referem a quatorze aulas públicas e particulares de diferentes pontos da província. Nove destas aulas eram de escolas de instrução elementar e cinco eram de latim e filosofia racional. Elas eram dos seguintes distritos: sete eram da Vila de Paracatu do Príncipe, uma do Arraial de Desemboque, uma do Arraial de Nossa Senhora da Boa Morte e cinco do Colégio de Bom Jesus de Matosinho, em Congonhas do Campo.

A forma como se dá o registro do pertencimento racial nestas listas é variável, mas ocorre a partir de algumas categorias específicas. Em geral, há o registro de três grupos de indivíduos, dois são comuns a todas as listas, são eles os brancos e os pardos. Além destes, há um outro grupo que é denominado com termos variáveis e aparece em algumas listas como crioulos e, em outras, como pretos, negros ou mestiços.

Os registros dos professores revelam uma certa hierarquia na organização das listas e em geral os brancos são apresentados em primeiro lugar, em seguida os pardos e, finalmente, aqueles que são denominados de pretos, crioulos, ou termos afins.

A regularidade desta hierarquização neste conjunto de listas nos leva a crer que o pertencimento racial era um componente da prática pedagógica e que havia por parte dos professores expectativas diferenciadas em relação aos alunos negros e brancos.

Podemos encontrar nas listas elementos bastante sutis que corroboram essas suspeitas. Na lista do professor Thomas Francisco Pires, que possuía uma escola de primeiras letras na Vila de Paracatu, em 1823, havia 31 alunos e ele os registrou a partir do nome, sobrenome, pertencimento racial e o nível de desenvolvimento escolar. Estas são as informações que estão contidas na lista deste professor, e somente em três casos encontramos um julgamento em que ele fez referência às habilidades dos seus alunos. Dois alunos brancos foram qualificados a partir da habilidade para as letras, como no caso de *Joaquim de Mello Franco, branco, já escreve letra fina e lê muito bem letra redonda, com um ano e meio de escola, é muito ágil para as letras e já conta*. Esta qualificação

positiva se repete para outro aluno branco, mas, há um terceiro aluno, pardo, que foi qualificado de forma diferente pelo professor. Ele é tido como estúpido e com habilidades apenas para as atividades agrícolas (cultura): *Jose Ferreira Lima, pardo com um ano e meio de escola não lê por ser muito estúpido e não ter habilidade nenhuma se não para cultura.*

Pode ser que o aluno José Ferreira Lima dividisse suas atividades escolares com trabalhos ligados às práticas agrícolas e isso incidiu no julgamento do professor, que viu nele um indivíduo “estúpido” e inábil para o desenvolvimento das atividades ligadas à escola. De qualquer forma, é estranha a maneira como o professor constrói o seu julgamento, que, na verdade, tem o formato de uma sentença que indica uma determinação sobre as potencialidades do aluno.

Este tipo de classificação se repete no registro do professor Thomé José dos Santos Batalha, também da Vila de Paracatu, em 1823. Apenas os alunos pardos e crioulos foram desqualificados, como *Euzebio de Mattos Lima, crioulo, muito sem habilidade, com 4 anos e meio de escola, não lê nada, escreve muito mal*, ou ainda *Antonio Soares Roiz, pardo, sem habilidade alguma por que nada compreende, apesar de estar na escola a mais de um ano*. Na lista deste professor os alunos brancos não receberam este tipo de classificação e quatro deles foram apontados com a distinção de que *aprendem a ler e escrever com desembaraço*. Nenhum dos alunos que foram classificados a partir de referências que indicam um pertencimento ao grupo representado pelos negros recebeu este tipo de distinção, ao contrário foram na maioria dos casos registrados como *sem habilidade* (como nos casos acima) ou *lê e escreve mal*, ou *sofrível*.

O número de listas que utilizamos não possibilita uma análise conclusiva em relação à manifestação de preconceito racial nas práticas pedagógicas das escolas mineiras do século XIX. Porém, a recorrência de distribuição dos julgamentos negativos e positivos para os diferentes grupos raciais é um indício importante na avaliação da conduta das escolas deste período. Além disso, é preciso considerar que o preconceito racial era um elemento muito presente na sociedade mineira e é pouco provável a sua ausência nos espaços escolares, onde, como indicam as próprias listas, havia uma reunião dos diversos grupos que compunham a população mineira.

Esta aproximação entre as características da população e a das escolas pode ser vista no quadro abaixo, onde procuramos destacar o perfil racial de cada uma das aulas dos professores de instrução elementar que registraram a cor dos alunos³:

³ As listas utilizam três formas de classificação dos grupos raciais e, no geral, os negros são representados a partir de dois termos: pardo, que aparece em todas as listas, e outro que é variável (crioulo, mestiço, preto, negro). Para efeito de apresentação dos dados, mantivemos o termo pardo e utilizamos crioulo como uma forma de agregar os demais termos de designação dirigidos aos negros.

Quadro I - Perfil racial das dos alunos da instrução elementar

Nome do Professor	Localidade	Alunos			Total
		Branco	Pardos	Crioulos	
Prof. Part. Joaquim Ant. de Aguiar	N. S. da Boa Morte	02	04	-	06
Prof. Manoel Assunção Ferreira	Vila de Paracatu	03	03	-	06
Prof. Manoel Pereira de C. Gomes	Vila de Paracatu	08	08	03	19
Prof. Thomas Francisco Pires	Vila de Paracatu	13	14	04	31
Prof. Part. Tomé Ferreira Brito	Vila de Paracatu	03	05	01	09
Prof. Part. Thomé José dos S. Batalha	Vila de Paracatu	22	31	08	61
Prof. Domingos da Costa Braga	Vila de Paracatu	07	01	01	09
Prof. Part. Antonio Alvim de Mello	Distrito de Redondo	43	02	01	46
Prof. Antonio Vieira A. da Cunha	Vila de Desemboque	17	11	01	29

Fonte: Arquivo Público Mineiro - IP 3/2, caixa 01.

Das nove listas das aulas de instrução elementar, cinco eram particulares e quatro eram públicas. Nas aulas de cinco professores os alunos registrados como negros (pardos e crioulos) aparecem em número superior aos brancos; em uma delas eles se encontram na mesma proporção e apenas nas três últimas listas do quadro os brancos são maioria.

Esta superioridade numérica dos alunos negros merece toda atenção, pois, embora esse conjunto de listas seja pouco representativo em relação à província, é um registro importante acerca do comportamento dos negros em face dos processos educacionais. Por outro lado, devemos ficar atentos para o fato de que a representação de negros e de brancos não é muito desproporcional nas aulas que registram um pequeno número de alunos. Ou seja, em aulas onde há menos de dez alunos, como em Nossa Senhora de Boa Morte, ou em Paracatu (na aula do professor Domingos da Costa Braga), ou ainda na aula de Tomé Ferreira Brito, a superioridade de um dos grupos não é muito acentuada e o número de alunos negros e de brancos é sempre próximo. O mesmo pode ser verificado em relação às aulas em que os negros são maioria, pois, apesar de sua superioridade numérica, não há uma grande diferença em relação aos brancos.

Apenas na aula do professor Antônio Alvim de Mello encontramos uma desproporção acentuada em favor de um dos grupos, pois, de um total de 46 alunos, apenas três eram negros. Trata-se da única lista em que poderíamos dizer que os alunos negros estavam sub-representados e em concordância com a visão tradicionalmente construída pela historiografia, que tende a registrar a sua presença nas escolas como algo esporádico ou casual.

Mas, para compreender a sub-representação dos negros nesta lista, é preciso considerar que essa era uma das escolas mais importantes da província: o Colégio Bom Jesus de Matosinho. Este colégio possuía um perfil altamente elitizado congregando alunos das mais diversas regiões do país,

em regime de internato e externato. Dos 46 alunos que figuram na lista do professor desse colégio, 21 eram originários de Minas Gerais e 25 eram de outras províncias, principalmente São Paulo e Rio de Janeiro⁴.

O conjunto das nove listas dos professores de primeiras letras que atuaram em Minas Gerais, nos anos de 1820 e início de 1830, revela que os negros compunham a maioria dos alunos presentes em suas aulas e mesmo quando não eram a maioria, estavam presentes em número próximo ao dos alunos brancos.

Essa realidade se modifica quando consideramos as listas que apresentam alunos que freqüentavam os níveis de ensino acima da escola de instrução elementar. Das listas que registraram o pertencimento racial dos alunos, cinco se referem aos níveis mais elevados do ensino e nelas encontramos um perfil racial diferenciado daquele que foi descrito para as escolas de primeiras letras. As cinco listas apresentam dados relativos a duas escolas: uma, de um professor de latim, da cidade de Paracatu, em 1823, e quatro do Colégio Bom Jesus de Matosinho, em 1831, sendo três aulas de latim e uma de filosofia racional.

O professor de latim, da cidade de Paracatu, foi denominado apenas com o nome de João, sua escola era pública e tinha no total dezoito alunos; destes, 05 eram pardos e 13 brancos. As listas do Colégio Bom Jesus de Matosinho apresentam aulas que eram regidas por quatro professores e se referem à Gramática Latina do Primeiro Ano, com 43 alunos; Gramática Latina do Segundo Ano, com 19 alunos; Gramática Latina do Terceiro Ano, com 14 alunos e Filosofia Racional, com 18 alunos. Os negros estão sub-representados nestas quatro aulas e há uma enorme desproporção entre estes e aqueles que foram registrados como brancos: os alunos são, no total, 94 para as quatro aulas do colégio e apenas um aluno foi registrado como pardo.

Portanto, a sub-representação dos negros no conjunto das listas relativas à escola secundária é bastante elevada, indicando que havia uma relativa oposição entre o perfil dessas aulas e o daquelas que compunham o universo das escolas de instrução elementar.

Os dados que se referem às escolas secundárias devem ser tomados como indícios que apontam para existência de um perfil diferenciado entre essas escolas e as de primeiras letras. Ou seja, considerando os dados das listas de professores e o contraponto entre as aulas de primeiras letras e as da escola secundária, percebe-se a tendência para uma inversão do perfil racial das escolas, que eram marcadas por uma presença majoritária de negros no nível elementar e isso não era acompanhado pelos níveis mais elevados do ensino, onde predominavam os brancos.

⁴ Este colégio tinha um perfil semelhante ao famoso Colégio do Caraça, era inclusive administrado pelos padres da mesma congregação.

O perfil racial das escolas mineiras a partir das listas nominativas de habitantes

As listas nominativas de habitantes se constituem como uma documentação que se refere às primeiras tentativas de contagem da população de Minas Gerais. Trata-se de um conjunto de listas que registraram a população de vários distritos mineiros a partir dos domicílios. Tendo como ponto de partida os domicílios, as listas nominativas registraram o *nome* de cada um dos seus membros, a *qualidade* (branco, preto, pardo, crioulo, africano, índio), a *condição* dos indivíduos (livres ou escravos); a *idade*, o *estado civil* e por último, a *ocupação*, ou seja a atividade exercida por cada uma das pessoas listadas. Para tornar mais clara as informações contidas nessa documentação transcrevemos abaixo o registro de um domicílio do distrito de Cachoeira do Campo, de 1831:

<i>Habitantes</i>	<i>Qualidade</i>	<i>Condição</i>	<i>Idade</i>	<i>Estado</i>	<i>Ocupação</i>
Thereza de Jesus	Parda	Livre	42	Viúva	Fia algodão e coze
Felisberta Pereira	Parda	Livre	16	Solteira	Fia algodão e coze
Maria Pereira	Parda	Livre	14	Solteira	Fia algodão
Luiz Pereira	Pardo	Livre	7	Na escola de 1ª letras
Narcizo Pereira	Pardo	Livre	5
Emericiana	Crioula	Cativa	28	Solteira	Fia algodão e cozinha
Gabriela	Crioula	Cativa	2

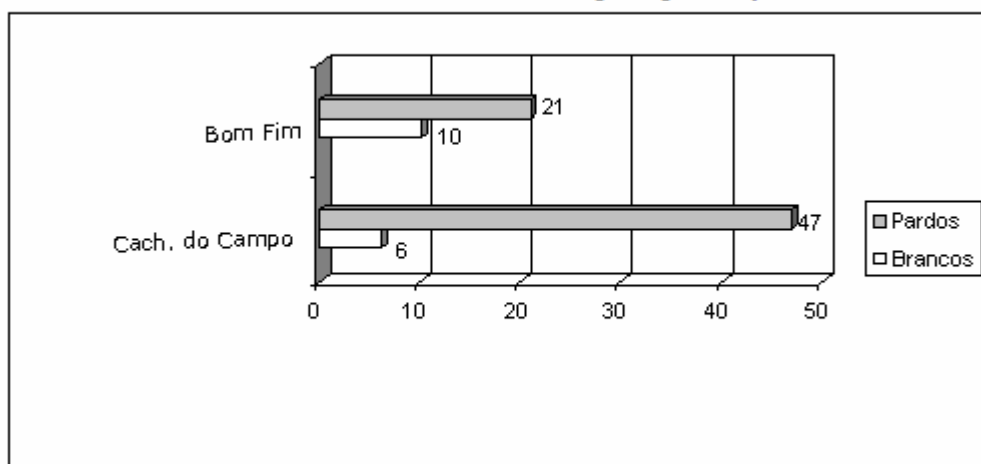
Como pode ser visto no domicílio que transcrevemos acima, no campo que se refere à ocupação, algumas listas nominativas registraram os indivíduos que se encontravam em processo de escolarização. Portanto, a seleção destas listas permite a elaboração de um perfil racial das escolas de forma semelhante ao que construímos a partir dos registros produzidos pelos professores, pois, quando cruzamos as informações contidas no campo referente à *ocupação* com aquele que registra a *qualidade*, é possível avaliar o grupo racial de cada indivíduo que foi assinalado na condição de aluno.

Para elaboração desse perfil racial selecionamos as listas que registraram pelo menos vinte quatro crianças na escola, pois, de acordo com a legislação do período, esse era o número mínimo estabelecido pelo governo para justificar a existência de uma aula pública em um distrito de Minas. Este critério foi aplicado às listas nominativas que foram produzidas no início da década de 1830 e isso implicou na seleção de dez distritos que se encontravam na parte central da província e que pertenciam às Comarcas de Ouro Preto e Rio das Velhas. São eles: São Bartolomeu, Cachoeira

Campo, Catas Altas, Passagem de Mariana, Itaverava, Redondo, Bom Fim (Comarca de Ouro Preto), Matosinhos, Santa Luzia e Caeté (Comarca do Rio das Velhas).

Em algumas listas nominativas o pertencimento racial das crianças que foram registradas como na escola foi assinalado a partir da utilização de apenas duas formas de classificação: brancos e pardos. Este é o caso de distritos como Cachoeira do Campo e Bom Fim, onde a população negra era subdividida em quatro tipos diferentes de classificação (pretos, pardos, crioulos e cabras), mas na escola encontramos apenas os chamados pardos⁵.

Gráfico 1 - Número de alunos nas listas nominativas de Bom fim e Cachoeira do Campo – por raça/cor



Fonte: Listas nominativas de habitantes

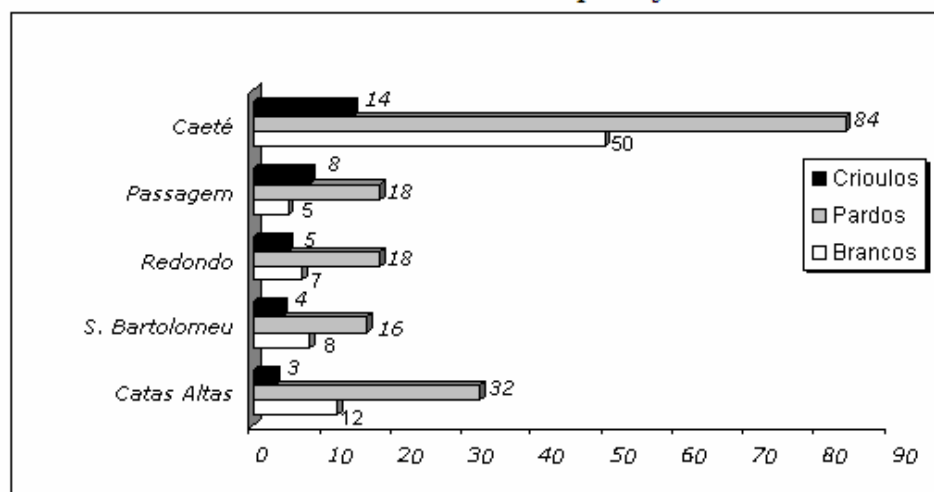
Nos distritos que registraram apenas brancos e pardos freqüentando escolas de instrução elementar, temos uma superioridade absoluta dos chamados pardos, que eram 87,2% dos alunos de Cachoeira do Campo e 67,7% dos de Bom Fim.

Na maioria dos distritos que compõem nossa amostra, a classificação racial daqueles que estavam na escola ocorreu a partir do uso de um número maior de categorias raciais. Em cinco distritos encontramos as categorias mais tradicionais em relação à população daquele período, ou seja, aquela que subdividia o grupo representado pelos negros em pardos e crioulos⁶:

⁵ Como já foi apontado por vários pesquisadores (entre eles MATTOS, 1998; LIMA, 2003), pardo é uma das formas de designação da população negra e seu significado está muito além da miscigenação, pois é possível encontrar indivíduos que eram classificados em alguns documentos como pardos e em outros como pretos ou crioulos.

⁶ No século XIX, crioulo era um termo utilizado para designar negros nascidos no Brasil.

Gráfico 2 - Número de alunos nas listas nominativas de Caeté, Passagem, Redondo, S. Bartolomeu e Catas Altas – por raça/cor



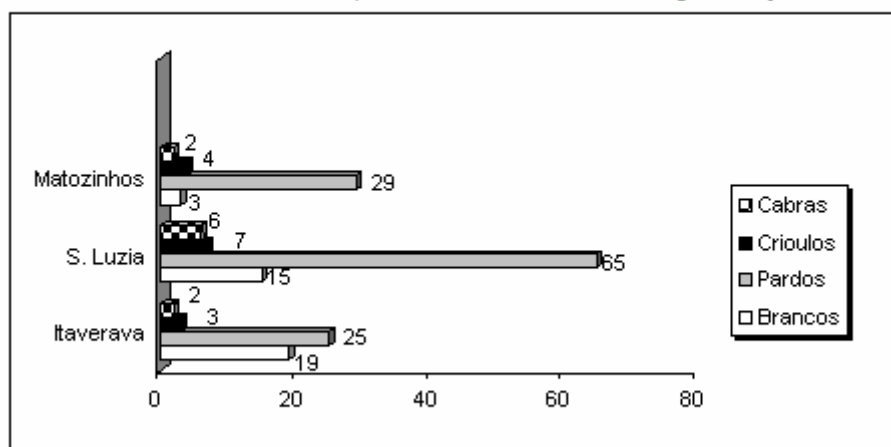
Fonte: Listas nominativas de habitantes

Nos distritos em que o registro das crianças ocorria a partir das categorias mais tradicionais, nas quais os negros eram subdivididos em dois grupos (pardos e crioulos), havia um predomínio absoluto deste em meio àqueles que foram listados como na escola, ou seja, em todos os distritos os negros compunham a maioria dos alunos. Isto fica claro quando agregamos os dados relativos aos crioulos e pardos, que em quase todos os distritos representaram praticamente três quartos do alunado: em Catas Altas eles representavam 74,4%; em São Bartolomeu, 71,4%; em Redondo, 76,6%; em Passagem, 83,8% e em Caeté, 66,2%.

Temos ainda um outro conjunto de listas nominativas que apresentam formas de registro que são ainda mais diversificadas, pois, além dos três tipos de classificação que vimos anteriormente, elas também trazem um grupo de crianças negras que foram registradas através do termo *cabra*⁷:

⁷ O termo *cabra* é de difícil compreensão, mas há indícios de que seja uma forma de designar os negros que tinham uma situação de proximidade com a escravidão, ou seja, filhos de ex-escravos.

Gráfico 3 - Número de alunos nas listas nominativas de Matosinho, S. Luzia e Itaverava – por raça/cor



Fonte: Listas nominativas de habitantes

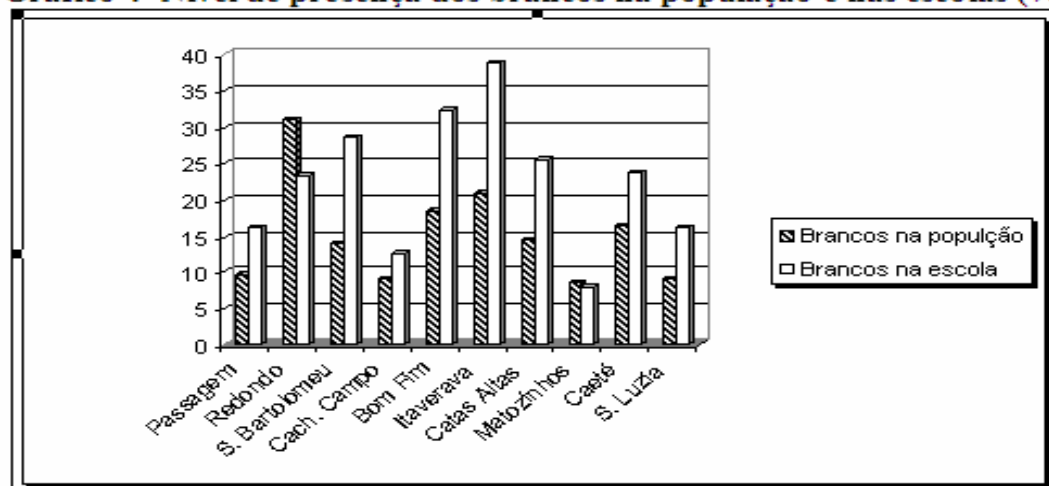
Quando agregamos os dados relativos aos negros, temos a confirmação de sua superioridade numérica nas escolas de instrução elementar, pois em Itaverava eles eram 61,2%, em Santa Luzia, 83,8% e em Matosinhos, 92,1%.

Os dados relativos aos negros e brancos que foram registrados nas listas nominativas freqüentando aulas de instrução elementar acompanham as características da população, ou seja, a superioridade dos negros na população se reproduzia também na escola elementar que era majoritariamente freqüentada por crianças deste grupo racial⁸.

Isto fica mais evidente quando confrontamos os dados sobre a população e os que se referem às escolas. Como pode ser visto nos gráficos abaixo, onde apresentamos os índices de presença de brancos e negros na população e nas escolas de cada um dos distritos que tomamos para análise:

⁸ Clotilde PAIVA (1996) utilizou os dados censitários referentes à década de 1830 para estabelecer uma estimativa da população livre de Minas e registrou o número de 269.916 indivíduos nesta condição. Segundo ela, esta população era composta por 59% de negros (pardos, crioulos, africanos) e 41% de brancos. Quando acrescentamos à população livre os dados que esta mesma pesquisadora apresenta sobre o plantel de escravos, 127.366 indivíduos – quase metade da população livre -, não resta dúvida quanto à presença hegemônica dos negros na população mineira.

Gráfico 4 -Nível de presença dos brancos na população e nas escolas (%)

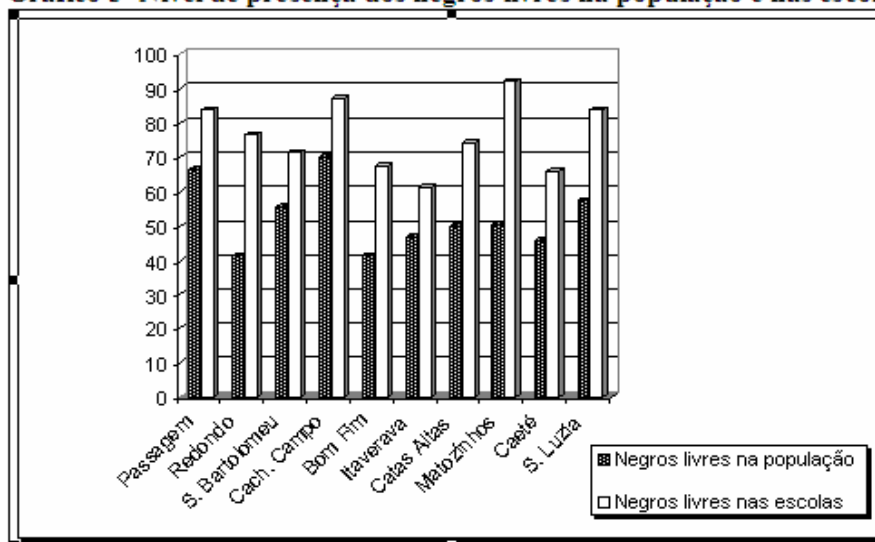


Fonte: Listas nominativas de habitantes

Os brancos apresentam um nível de participação na população que geralmente não ultrapassa o índice de vinte por cento, apenas o distrito de Redondo, com 31%, é uma exceção a esse padrão. A participação dos brancos na população era pequena e a sua presença nas escolas era, no geral, pouco superior ao índice de participação na população, apenas nos distritos de Redondo e Matosinhos o índice de presença na população era superior ao da escola. Em todos os demais distritos, o índice de presença na escola é superior àquele que encontramos em relação à população.

Quando consideramos estes dados em relação à população negra livre encontramos uma regularidade ainda maior, pois estes apresentavam uma participação na escola em nível superior à sua presença na população em todos os distritos.

Gráfico 5 -Nível de presença dos negros livres na população e nas escolas (%)



Fonte: Listas nominativas de habitantes

A população negra livre era o segmento que dominava a estrutura demográfica de Minas Gerais e os distritos que tomamos para análise demonstram isso de forma clara. Em nenhum deles os negros livres compunham um grupo inferior a quarenta por cento da população, chegando mesmo a compor um índice próximo a 70% em distritos como Cachoeira do Campo e Passagem⁹. Em relação ao nível de presença nas escolas, encontramos uma regularidade ainda maior que aquela que descrevemos para os brancos, pois em todos os distritos o índice de presença nas escolas é superior àquele que encontramos para a população.

Portanto, os dados contidos nas listas nominativas confirmam aquilo que havíamos descrito a partir das listas de professores, onde encontramos uma presença majoritária de negros nas aulas de primeiras letras. O que foi constatado nas listas de professores é percebido de forma mais detalhada nas listas nominativas de habitantes, onde foi possível constatar uma superioridade numérica dos negros nas escolas e uma aproximação entre estes dados e aqueles que se referem à população, ou seja, o perfil das escolas era tão diverso quanto o da população. Em meio a essa diversidade, merece destaque os dados relativos aos negros livres que sempre se faziam presentes nas escolas em nível superior à sua presença na população.

O contraponto entre as escolas de instrução elementar e as escolas secundárias

O comportamento da população negra em relação à escola é uma questão desafiadora, mas os dados que apresentamos podem estar indicando que, em Minas, este foi o grupo que de forma mais efetiva procurou estabelecer contato com as escolas de instrução elementar. Isto pode ser entendido como uma tentativa de afirmação no espaço social e também uma maneira de certos extratos da população negra demarcarem seu distanciamento do mundo dos escravos. Ou seja, pode ser que os negros livres, que era um grupo de pessoas que sempre podia ser confundido com os escravos, que mais rapidamente compreendeu o valor social da experiência escolar e a utilizou como mecanismo de afirmação sócio-racial.

Esta hipótese torna-se ainda mais plausível quando consideramos o contraponto entre o perfil das escolas de instrução elementar e o da escola secundária. No momento em que analisamos as listas de professores constatamos a superioridade dos negros nas aulas de primeiras letras e constatamos que havia uma inversão acerca do perfil racial dos alunos quando consideramos os

⁹ Outro segmento que se destacava era aquele que era composto pelos negros escravizados que em geral figuravam na faixa dos 30% da população de cada um dos distritos. Porém, para confrontar os dados relativos à escola e à população desconsideramos os escravos, pois a eles era proibida a frequência às aulas públicas.

níveis mais elevados do ensino. As listas em que os professores registraram os alunos das aulas de latim e filosofia racional indicaram a existência de um perfil racial inverso ao da instrução elementar, ou seja, se neste havia um predomínio de negros, naquele que representava os níveis mais avançados do ensino, os brancos predominavam.

Utilizamos como critério para seleção das listas nominativas aquelas que registraram um número superior a 24 indivíduos classificados como na escola elementar, que era o mínimo exigido pela legislação como justificativa para existência de uma aula pública. Os estudantes ligados aos níveis mais elevados do ensino não foram tomados como critério para seleção das listas, mas, no entanto, elas registraram a sua presença. Os responsáveis pela elaboração das listas atribuíram a ligação com a escola elementar o *status* de uma ocupação e procederam de forma semelhante com aqueles que freqüentavam os estudos maiores registrando-os na condição de estudantes.

O número daqueles que foram registrados como estudantes não é elevado e alguns distritos, como Bom Fim e Matosinho, sequer apresentam indivíduos nesta condição. As listas nominativas que registraram os estudantes não os trazem em número superior a sete. Para uma visão mais precisa sobre estes dados, registramos abaixo o número dos estudantes nos distritos que apresentavam indivíduos nesta condição¹⁰:

Quadro II - Número de estudantes nas listas nominativas

Localidade	Estudantes
Distrito de Passagem	04
Distrito de São Bartolomeu	01
Distrito de Cachoeira do Campo	03
Distrito de Itaverava	06
Distrito de Catas Altas	06
Distrito de Caeté	07
Distrito de Santa Luzia	05

Fonte: Listas nominativas de habitantes

Quando reunimos as pessoas que foram classificadas como estudantes em todas as listas nominativas, temos um total de 32 indivíduos; destes apenas 06 não foram classificados como brancos e receberam a designação de pardos. Isso pode ser tomado como um reforço em relação ao que já havia sido indicado pelas listas de professores, ou seja, uma oposição entre o perfil racial do público presente na instrução elementar e aquele que compunha o universo representado pelos estudantes do nível secundário.

Esta inversão indica que os negros se ligavam ao nível mais elementar do ensino e os brancos dominavam os níveis mais elevados, que representava um caminho para o ensino superior. Portanto,

¹⁰ Não levamos em conta os dados do distrito de Redondo, pois, na lista nominativa deste distrito, o Colégio Bom Jesus de Matosinhos foi registrado como um domicílio e todos os seus alunos, inclusive os da escola de primeiras letras, foram registrados como estudantes.

isso também pode ser tomado como um indicativo em relação às diferentes atitudes destes dois grupos em relação ao processo de escolarização. Os brancos utilizavam a escolarização como elemento de consolidação da sua condição de elite e para isso procuravam percorrer todos os níveis dos processos de educação formal. Por outro lado, os negros utilizavam a escolarização como forma de agregar um *status* social que os distanciasse do mundo da escravidão e para isso bastava a inserção na escola elementar.

Considerações finais

O conjunto de dados que exibimos e interpretamos a partir dos aspectos demográficos relativos a Minas Gerais permite afirmar com alguma segurança que havia uma correspondência entre as características da população e o público das escolas. Isto se verifica em relação aos aspectos raciais, cuja principal característica era a diversidade do público das escolas, com destaque para presença majoritária dos negros na instrução elementar. Neste sentido, a escola elementar pode ser entendida como um instrumento de afirmação social para determinados extratos da população negra que buscavam ampliar sua inserção no espaço social.

Os aspectos demográficos da sociedade mineira também podem ser relacionados com o processo de organização social no que se referia ao estabelecimento de limites para os diferentes grupos raciais. Isso estaria relacionado com a configuração do perfil racial das escolas, que no nível elementar era marcada por uma presença maior de negros e no secundário por um número maior de brancos. Esta inversão pode ser interpretada como uma indicação de que havia uma atitude diferenciada destes dois grupos em face do processo de escolarização, ou seja, os brancos utilizavam a escola como espaço de formação e legitimação da sua condição de elite, enquanto os negros a utilizavam como uma forma de afirmação e promoção sócio-racial, sendo que para isso não era necessário (ou mesmo possível) ultrapassar o nível do ensino elementar.

Portanto, podemos dizer que a forma tradicional de entendimento em relação ao processo de escolarização, que pressupõe a ausência dos negros em espaços escolares, não se confirma em relação às Minas Gerais, do século XIX. A presença dos indivíduos originários do grupo racial representado pelos negros chegava mesmo a ser bastante acentuada nas escolas de instrução elementar. Isto foi constatado na documentação censitária e na listas dos professores, e também se faz presente em outras fontes de pesquisa, como no relato do viajante alemão Hermann BURMEISTER (1980, p. 271), que esteve em Minas por volta dos anos de 1850 e fez o seguinte comentário sobre um distrito mineiro: “em Congonhas, vivia um *mestre-escola preto*, que gozava de toda a consideração, mas seu instituto era particular e freqüentado por crianças de cor” (grifo meu).

No diário de uma normalista que estudou em Diamantina, no final do século XIX, encontramos uma passagem em que há uma descrição da escola que se assemelha ao relato do viajante. Trata-se do diário de Helena Morley, que, entre outras coisas, narra suas experiências na Escola Normal. Ela descreve sua primeira experiência como professora, aos 15 anos, quando foi substituir uma mestra, e registra sua percepção da escola destacando a condição racial dos alunos: “o que será de mim se for obrigada a largar a Escola, estudo, minhas colegas e tudo para ir ensinar a meninos pretos e burros no Rio Grande?” (MORLEY, 1998, p. 275).

A inexperiência e baixa expectativa da normalista em relação aos alunos fizeram com que ela não resistisse a um único dia de aula. Ao comunicar à mestra da escola – que era também sua tia – que não tinha condições de lhe substituir, obteve a seguinte resposta quando propôs o nome de uma professora negra como substituta: “O quê? Não volta? Então quer me desiludir e me convencer de que uma mulata como Zinha é mais capaz do que você?” (MORLEY, 1998, p. 279).

A professora de nome Zinha foi quem se tornou a substituta da tia de Helena Morley na escola e, pelo menos durante o período da substituição, tivemos uma situação semelhante à descrição do viajante Burmeister: alunos negros que tinham uma professora da mesma condição racial.

A descrição do viajante e da normalista de Diamantina confirma aquilo que já havia sido constatado através da documentação censitária e da documentação da instrução pública, ou seja, salas de aulas em que os negros eram maioria ou mesmo a totalidade dos alunos.

A história da educação tem descrito esta situação de forma muito diversa e às vezes ignora a questão relativa ao perfil racial das escolas como um problema de pesquisa, ou até mesmo nega a relação dos negros com espaços escolares. Esta atitude de boa parte dos historiadores do campo educacional está em descompasso com a realidade da província de Minas Gerais e isso pode ser deduzido dos dados que indicam um predomínio dos negros nas escolas do século XIX. Não podemos extrair desta presença conclusões efetivas sobre o significado que a escolarização adquiriu em meio à população negra. Isso precisa ser investigado por pesquisas específicas. No entanto, os dados que utilizamos indicam que em uma sociedade na qual a escravidão estabelecia limites precisos para os negros, a escola podia se tornar uma importante estratégia de afirmação social.

Documentos Consultados

- Listas nominativas de habitantes. Arquivo Público Mineiro: Inventário Sumário dos Mapas de População – Documentos Microfilmados – 19 rolos.
- Arquivo Público Mineiro: Seção Provincial - Fundo da Instrução Pública – IP 1/42, Caixa 01.
- Arquivo Público Mineiro: Seção Provincial - Fundo da Instrução Pública – IP 3/2, Caixa 01.

Relatos de viagens e memórias

- BURMEISTER, Hermann. **Viagem ao Brasil através da província do Rio de Janeiro e Minas Gerais: visando especialmente a história natural dos distritos auri-diamantíferos**. BH: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. Universidade de São Paulo, 1980.
- HALFELD, H.G.F, TSCHUDI J.J. von. **A Província Brasileira de Minas Gerais**. BH, Fundação João Pinheiro, 1998.
- MORLEY, Helena. **Minha vida de menina**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

Bibliografia

- BERGAD, Laird W. **Escravidão e história econômica: demografia de Minas Gerais (1720-1880)**. Bauru/SP: EDUSC, 2004.
- CORREA, Silvio M. de Souza. O negro e a historiografia brasileira. **Revista Ágora**. Santa Cruz do Sul, n. 1, 2000.
- FONSECA, Marcus V.. **Pretos, pardos, crioulos e cabras nas escolas mineiras do século XIX**. São Paulo: FE-USP -Tese de Doutorado, 2007.
- LEITE, Ilka Boaventura. **Antropologia da viagem: escravos e libertos em Minas Gerais no século XIX**. BH: Editora UFMG, 1996.
- LIMA, Ivana Stolze. **Cores, Marcas e falas: sentidos da mestiçagem no Império do Brasil**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.
- MATTOS, Hebe Maria. **Das cores do silêncio: o significado da liberdade no sudeste escravista, Brasil Século XIX**. RJ: Nova Fronteira, 1998.
- PAIVA, Clotilde Andrade. **População e economia nas Minas Gerais do século XIX**. São Paulo: Tese de Doutorado FFLCH/USP, 1996.